

**17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Combate à Discriminação de LGBT**

**Ata da ordem do dia 04 de setembro de 2013**

**Brasília – DF**

## SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

### Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT

Data: 04/10/2013

1 Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e treze teve início a 17ª Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, sob a Coordenação do Sr. Gustavo  
3 Carvalho de Bernardes – Presidente do Conselho. Estiveram presentes os seguintes participantes:  
4 Gustavo Carvalho de Bernardes – Presidente do Conselho e Coordenador Geral de Promoção dos  
5 Direitos de LGBT; Gil; Marina Reidel – ABE; Giovana Baby - ANTRA; Myrian Lago Rocha –  
6 Promotora de Justiça do Piauí; Andréia Davi – Assessora da Comissão de Direitos Fundamentais e  
7 Assistência Social; Gilson - CMP; Sérgio Gardenghi Suiana – Procurador Federal dos Direitos do  
8 Cidadão; Lucas de Alencar - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Celso Tondin –  
9 Conselho Federal de Psicologia; Guilhermina Cunha – ABGLT; Marinete Merss – Assessora  
10 Parlamentar da SDH; Léo Mendes – Arte Gay; Lurdinha; Carlos Magno Silva Fonseca – ABGLT;  
11 Samanda Alves de Freita – Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Combate a Discriminação  
12 de LGBT; Janaína Oliveira – Vice-Presidenta/Representante da Rede Afro LGBT; Zezinho do  
13 Prado – CNTE; Márcia – Ministério das Relações Exteriores; Rosário - MPOG; Rogério Campos –  
14 Consultor; Lauren; Cris Stefanny - ANTRA; Meire Lúcia; Leopoldo Vieira; Virgínia; Guilherme  
15 Alves – Secretaria Geral; Adriana Aidar – UFRJ; Keila Simpson (ANTRA); Carlos Obici.  
16 **ABERTURA:** O Presidente do Conselho, Sr. Gustavo Carvalho Bernardes inicia a reunião  
17 cumprimentando a todos e realiza a leitura dos itens de pautas, que serão: Abertura da Reunião;  
18 Manifestação dos Conselheiros sobre os itens de pauta; Informes da Mesa Diretora dos  
19 Conselheiros; Apresentação do trabalho desenvolvido pela Comissão de Direitos Fundamentais do  
20 Conselho Nacional do Ministério Público no combate a homofobia; Desdobramentos do IV Fórum  
21 de Interconselhos; Informes da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT;  
22 Encaminhamentos da Conferência Livre de Educação e Cultura; Apresentações das Câmaras  
23 Técnicas dos resultados dos seus trabalhos; e Encaminhamentos finais. Questiona se algum  
24 Conselheiro deseja fazer alguma manifestação com relação aos itens de pauta. O Sr. Gil  
25 compreende que deveria colocar como ponto de pauta para o Fórum Mundial o tema sobre LGBT.  
26 O Presidente sugere incluir nos informes da Coordenação LGBT sobre o Planeta Arco-íris e sobre  
27 outras questões. A Sra. Marina Reidel sugere incluir nos itens de pauta uma apresentação sobre o

28 Comitê de Cultura LGBT. Após os Conselheiros concordarem com as sugestões e aprovar os itens  
29 de pauta, o Presidente segue para a apresentação do Conselho Nacional do Ministério Público. A  
30 Sra. Myrian Lago Rocha (Promotora de Justiça do Piauí) cumprimenta a todos e agradece pelo  
31 convite para participar da Câmara Técnica e apresentar sobre o projeto do Conselho Nacional do  
32 Ministério Público por intermédio da Comissão de Direitos Fundamentais. Arrazoa que o Conselho  
33 Nacional do Ministério Público atua em prol do cidadão, executando a fiscalização administrativa,  
34 financeira e disciplinar do Ministério Público. Foi criado no ano de 2004, pela Emenda  
35 Constitucional número 45, tem Sede em Brasília, e é presidido pelo Procurador-Geral da República,  
36 atualmente o Dr. Rodrigo Janot. O Conselho é formado por 14 membros, que reúne todos os  
37 âmbitos do Ministério Público. Pautado pelo controle e transparência administrativa do Ministério  
38 Público e seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público é uma entidade aberta ao  
39 cidadão e entidades brasileiras, que podem encaminhar reclamações contra membros ou Órgãos do  
40 Ministério Público. Possui como princípio, fortalecer e aprimorar o Ministério Público, assegurando  
41 a autonomia e unidade para uma atuação responsável e socialmente efetiva e como valores: ética,  
42 transparência, pluralismo, acessibilidade, cooperação, credibilidade, inovação, identidade  
43 institucional, valorização das pessoas e proatividade. Discorre que possui como Órgãos  
44 representativos o Plenário, a Presidência, a Corregedoria e as Comissões, e que dentre as Comissões  
45 existentes, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais foi instituída em junho de 2012, pela  
46 Emenda Regimental no Plenário, objetivando contribuir com o fortalecimento do Ministério Público  
47 brasileiro, está sendo presidida pelo Conselheiro Jarbas Soares Júnior, tem como membro auxiliar  
48 permanente Luciano Coelho Ávila, e outros membros colaboradores que são de Ministérios  
49 Públicos dos Estados e dos diversos ramos do Ministério Público. A Sra. Myrian Lago Rocha  
50 pondera que para a consecução dos objetivos gerais dessa Comissão adotou-se como a metodologia  
51 a formação de grupo de trabalhos temáticos, dentre eles o grupo de trabalho seis, que tem como  
52 temática principal o combate à Violência Doméstica e a Defesa dos Direitos Sexuais e  
53 Reprodutivos. Possuem dois objetivos principais, o primeiro é a proteção à mulher e as vítimas de  
54 violência sexual, que é Coordenado pela Promotora Márcia Teixeira da Bahia, e o segundo a defesa  
55 do Estado laico e dos direitos de LGBT que tem base à demanda interna do Ministério Público e  
56 também da demanda externa apresentada pela SDH. Articula que o projeto tem como finalidade,  
57 fomentar as ações estratégicas do Ministério Público brasileiro, e de todos os Entes do Ministério  
58 Público direcionados a defesa do Estado laico, a garantia dos direitos a população LGBT, bem

59 como o combate a homofobia. Os objetivos específicos são: Produzir publicações do CNMP sobre a  
60 atuação do MP em defesa do Estado laico; Realizar curso à distância de aprimoramento funcional  
61 de membros e servidores, sobre a atuação do Ministério Público em defesa do Estado laico;  
62 Incentivar a criação e o efetivo funcionamento dos Comitês Estaduais de Enfrentamento à  
63 Homofobia, bem como a participação de membros do Ministério Público nesses Comitês; Atuar em  
64 conjunto com o CNJ na adoção de medidas, visando à retificação do registro de nascimento de  
65 Transexuais que pretendam a alteração de nome, independentemente da cirurgia de mudança do  
66 sexo; Realizar campanha visando esclarecer a população quanto às particularidades da população  
67 LGBT, seus direitos, bem como a ilicitude das discriminações de tal população. Informa que a  
68 realização do curso é uma proposta interna para capacitação dos membros do MP e dos servidores  
69 sobre a atuação do MP em defesa do Estado laico e que no objetivo de incentivar a criação e o  
70 efetivo funcionamento dos Comitês estão na etapa de levantamento dos dados para traçar as  
71 primeiras linhas de atuação do Ministério Público. Arrazoa que uma das propostas já aprovada pelo  
72 grupo de trabalho, é de que o CNMP expeça uma recomendação, visando fomentar a participação  
73 do membro do Ministério Público nesses Comitês já instalados. Com relação à questão da atuação  
74 em conjunto com o CNJ, para a retificação do registro de nascimento de Transexuais que pretendem  
75 a alteração do nome independente da cirurgia de mudança de sexo, foi descoberto que existe uma  
76 ação direta de inconstitucionalidade 4.275, proposta pelo Procurador-Geral da República, em face  
77 de uma representação formulada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais,  
78 Travestis e Transexuais, e pela articulação nacional de Travestis e Transexuais. A Sra. Myrian  
79 Lago Rocha comunica que a ação objetiva confere ao Artigo 58 da Lei 6.015 uma interpretação em  
80 conformidade com a Constituição para permitir que a mudança de nome e sexo seja feita e conste  
81 no Registro Civil, independente da mudança de sexo pela cirurgia. Ressalta que os precedentes do  
82 Supremo indicam que possa haver realmente um resultado favorável. Notifica que possuem uma  
83 campanha nacional do CNMP voltado para a informação da sociedade, chamada “Conte até 10”,  
84 que será colocada em prática em março de 2014. A Sra. Andréia Davi (Assessora da Comissão de  
85 Direitos Fundamentais e Assistência Social) relata que o objetivo da Comissão de Direitos  
86 Fundamentais do GT é estar em diálogo permanente com os movimentos sociais e que para isso  
87 estarão realizando nos dias 02 e 03 de dezembro o Encontro dos Movimentos Sociais com o  
88 Ministério Público Brasileiro, em que serão divididos em GTs para explanar sobre cada projeto. A  
89 Sra. Myrian Lago Rocha complementa que o momento do Conselho se afirmar como um Órgão de

90 controle interno do Ministério Público já passou, e o Conselho agora quer ser realmente o  
91 representante dos anseios para o projeto de transformação social que se propõe o Ministério Público  
92 como uma entidade de grande importância nesse projeto de transformação social. Informa que o  
93 encontro é uma das etapas da Comissão e lembra que todos os direitos principais do ser humano  
94 estão abraçados na Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, para estimular o exercício das  
95 atribuições inerentes à defesa dos direitos fundamentais. Discorre que os Conselheiros podem  
96 enviar sugestões para a reunião da Comissão em novembro que poderão ser transformados em  
97 projetos e faz a leitura de uma frase do Sr. Ferreira Gullar que a estimulou a ser Ministério Público,  
98 que diz: *“O canto não pode ser uma traição à vida e só é justo cantar se o nosso canto arrasta*  
99 *consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.”*. O Presidente agradece pela apresentação e a Sra.  
100 Myrian Lago Rocha desculpa-se por ter que se ausentar e deseja que os Conselheiros fiquem com as  
101 bênçãos de São Francisco. O Presidente pondera que a Secretaria de Direitos Humanos tem a  
102 satisfação de ter com parceiro o CNMP e coloca o Conselho a disposição para reforçar os trabalhos  
103 que estão sendo desenvolvidos. Convida o CNMP para participarem das próximas reuniões como  
104 observadores para ajudarem a acompanhar o trabalho. A Sra. Myrian Lago Rocha agradece pelo  
105 convite e explica que pelas limitações orçamentárias talvez não dê para comparecer pessoalmente,  
106 mas qualquer membro do grupo que esteja presente falará a mesma voz. Um participante parabeniza  
107 o trabalho do CNMP e sugere com relação a DPF das Transexuais, elaborar um encaminhamento no  
108 âmbito do Conselho para o Ministro Marco Aurélio Melo, no sentido de manifestar o apoio a ação  
109 proposta em nome do Conselho Nacional de Combate a Discriminação. O Presidente articula que  
110 encaminhará a proposta e solicita que os observadores se apresentem. O Sr. Sérgio Gardenghi  
111 Suiana (Procurador Federal dos Direitos do Cidadão) cumprimenta a todos e se apresenta para os  
112 demais participantes. Explica que o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Dr. Aurélio Rios,  
113 tem encaminhado várias ações e várias causas em matéria de promoção de direitos de LGBT no  
114 âmbito do Ministério Público Federal e que, ideia agora é tentar retomar de uma forma mais  
115 orgânica a relação da PFDC com o Conselho Nacional de Combate a Discriminação. O Sr. Lucas de  
116 Alencar (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) cumprimenta a todos e arrazoia que  
117 estão com um trabalho de replicar as Comissões nas seccionais da Ordem, e já possuem mais de 100  
118 Comissões. O Presidente seguiu para o próximo item de pauta sobre os informes dos Conselheiros. O  
119 Sr. Celso Tondin (Conselho Federal de Psicologia) cumprimenta a todos e informa que o Plenário  
120 aprovou Nota Técnica sobre a atuação dos Psicólogos no processo transsexualizador e demais

121 formas de assistência às pessoas trans. Discorre que no dia 12 de setembro foi publicado  
122 oficialmente a Nota Técnica e que enviará para todos os Conselheiros por *e-mail*. A Sra.  
123 Guilhermina Cunha (ABGLT) cumprimenta a todos e comunica que a criação do Conselho Estadual  
124 LGBT de Santa Catarina falta apenas ser aprovada pela Comissão de Justiça e pela Comissão de  
125 Finanças para seguir para a Comissão de Direitos Humanos. Comunica também que a Audiência  
126 Pública na Lesca que é a Assembleia Legislativa, para a apresentação do Sistema Nacional LGBT,  
127 apesar do Estado está a direita, a intenção é fazer com que o Conselho seja aprovado esse ano. O Sr.  
128 Gilson (CMP) cumprimenta a todos e notifica que está sendo convidado pelo Movimento de  
129 Moradia da Cidade de São Paulo, MMC, para ser candidato. Pondera que é uma satisfação estar  
130 fazendo parte do Instituto Brasileiro de Homens Trans. A Sra. Marinete Meress (Assessora  
131 Parlamentar da SDH) cumprimenta a todos e realiza um breve relato sobre o PLC122 de 2001.  
132 Informa que um novo texto foi apresentado, com uma nova proposta para o Senador Paulo Paim e  
133 que o Senador iria transformar o texto em um novo substitutivo para o PLC122. Articula que o  
134 relatório não foi publicizado, mas será um relatório favorável ao PLC e que, possuem a informação  
135 que todos os Ministérios darão Parecer favorável ao texto. Comunica que dia 23 de outubro haverá  
136 um mutirão de votação na Comissão e articularam para o PLC122 ser pautado no mutirão, com uma  
137 possibilidade muito grande de aprovação e que, o Senador relatou que disponibilizará o relatório  
138 nos próximos dias para ser publicado. O Sr. Léo Mendes (Arte Gay) parabeniza a Sra. Marinete  
139 Meress pela luta revolucionária e entende que o Conselho precisa afunilar para o ano de 2014 no mês  
140 de maio, no Dia Nacional de Combate a Homofobia, instituído pelo Ex-presidente Lula, um ato que  
141 pudesse cobrar do Congresso Nacional e do Senado a aprovação do PLC122. A Sra. Marinete  
142 Meress compreende que seria muito importante o apoio dos Partidos e alerta que o Conselho de  
143 Psicologia também faz um trabalho com o LGBT. O Sr. Celso Tondin relata que dentro do  
144 Conselho de Psicologia, o Sr. Simplício Araújo e a Deputada Keiko Ota do PSB, tem sido parceiros  
145 em algumas questões, principalmente com relação ao combate a violência LGBT. Ressalta que  
146 existe alguns Deputados deste Governo que não são favoráveis aos Direitos Humanos em algumas  
147 temas. A Sra. Lurdinha questiona se a composição da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara é  
148 feita anualmente. A Sra. Marinete Meress explica que os membros são mudados no início do ano e  
149 de 20 Deputados, 13 são evangélicos. O Sr. Carlos Magno Silva Fonseca (ABGLT) cumprimenta a  
150 todos e parabeniza os informes da Sra. Marinete Meress. Arrazoa que está como muita ansiedade de  
151 ver o relatório do Senador Paulo Paim e compreende que precisam de uma Lei no país para garantir

152 a ponte da cidadania na comunidade LGBT. O Presidente agradece o trabalho da Sra. Marinete  
153 Merss e do Lucas e a Sra. Marinete Merss discorre que o trabalho é difícil quando não tem o  
154 movimento social junto com o Governo. A Sra. Samanda Alves de Freitas (Coordenadora Geral do  
155 Conselho Nacional de Combate a Discriminação de LGBT) cumprimenta a todos e informa que a  
156 Secretaria Executiva conta com uma estagiária da área de comunicação, que já providenciou a  
157 página do Conselho no *Facebook* e que, iniciaram um trabalho de *clipping* diário das notícias da  
158 pauta LGBT. Comunica que a Sra. Ana que trabalhava na Secretaria Executiva agora está  
159 trabalhando no Gabinete da Ministra e foi substituída pela Sra. Mariana e que, foi publicado um  
160 Edital para a contratação de consultoria, em que o prazo para o envio do currículo é no período de 03  
161 a 11 de outubro. Registra que os outros informes serão encaminhados por *e-mail* para todos os  
162 Conselheiros. A Sra. Janaína Oliveira (Vice-Presidenta) cumprimenta a todos e relata a Agenda dos  
163 representantes do Conselho de Genebra foi programada pela Secretaria Executiva, em que tiveram a  
164 oportunidade de conversar com duas organizações, a Dialoguei e a ILGA. Discorre que  
165 disponibilizaram o último relatório elaborado dos indicadores de violência mundialmente, em que  
166 mostrou que a África tem a maior concentração dos indicadores de violência, e que, a Missão do  
167 Brasil em Genebra foi muito bem recebida. Informa que apresentou um *slide* sobre a organização  
168 histórica do movimento e um *slide* sobre os avanços das políticas públicas. Pondera que realizaram  
169 uma avaliação que passou em três momentos, o primeiro em relação ao Governo e duas bases  
170 aliadas, o segundo sobre o orçamento no Brasil e o terceiro sobre os indicadores de violência.  
171 Elucida que elaborou um relatório e sugere que seja entregue para todos os Conselhos para melhor  
172 detalhamento. O Sr. Léo Mendes agradece ao Governo Brasileiro, a Secretaria de Direitos Humanos  
173 e ao próprio Conselho e o próprio Coordenador LGBT pela oportunidade da sociedade civil chegar  
174 até a ONU. Articula que tiveram presentes representantes do Governo, especialmente dos países  
175 mais desenvolvidos, e que ficaram entusiasmados com as medidas que estão sendo tomadas no  
176 Brasil, no sentido de construir Conferência LGBT. Relata que pontuaram os principais avanços nos  
177 últimos 10 anos em políticas públicas LGBTs e sobre os dados com relação violência contra a  
178 população LGBT. Foi feito o convite para que os representantes da área de Direitos Humanos  
179 participassem do Fórum Internacional de Direitos Humanos no Brasil, e sugeriram que o  
180 Coordenador Nacional LGBT promova dentro do Planeta Arco-íris uma possibilidade que os  
181 membros dos Direitos Humanos desses países que estiveram na Conferência possam estar  
182 presentes. Arrazoa que foi elaborada uma Declaração Ministerial sobre a eliminação da violência e

183 da discriminação contra indivíduos em razão da orientação sexual, assinada pelo Ministro da  
184 Argentina, do Brasil, da Croácia, El Salvador, Estados Unidos, França, Israel, Japão, Noruega,  
185 Nova Zelândia, Países Baixos e a alta representação da União Europeia para relações exteriores. O  
186 Sr. Léo Mendes parabeniza os ativas LGBT que estão nos Conselhos pelo Brasil pela luta para  
187 acabar com o preconceito por homofobia, lesbofobia e transfugia no mundo. O Sr. Zezinho do  
188 Prado (CNTE) cumprimenta a todos e pondera que ouviu muito pouco dos países sobre a questão  
189 dos Travestis e das Transexuais. Intui que sempre vale a pena o Governo Federal investir para que  
190 os Conselheiros do Conselho possam participar dessas atividades que são muito enriquecedoras. A  
191 Sra. Márcia (Ministério das Relações Exteriores) cumprimenta a todos e lembra um pouco o  
192 histórico do engajamento do Ministério das Relações Exteriores na questão LGBT. Arrazoa que o  
193 tema LGBT na ONU é um tema muito complexo e que em 2003 pela primeira vez o Brasil fez uma  
194 tentativa formal de aprovar uma Resolução no âmbito da ONU, que tiveram que retroceder. Em  
195 2007 Brasil, Argentina e Uruguai conseguiram copatrocinar o lançamento na própria Sede das  
196 Nações Unidas em Nova York e em 2008, conseguiram a primeira aprovação em um Órgão  
197 multilateral, no âmbito da OEA, de uma Resolução apresentada pelo Brasil sobre a temática LGBT.  
198 Em 2011 foi aprovada uma Resolução divisora de águas, as Resoluções 17 e 19, intitulada Direitos  
199 Humanos: Orientação sexual e identidade de gênero. Discorre que esse ano tentou uma nova  
200 Resolução, mas que não foi possível a sua apresentação devido o ambiente de polarização e que, no  
201 âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, participaram da organização de uma Conferência  
202 Ministerial com a participação do próprio Ministro das Relações Exteriores na Sede da ONU.  
203 Ressalta que no discurso do Ministro, ele fez referências expressas a política brasileira em relação  
204 aos Transexuais e a realização da cirurgia de redesignação de sexo pelo SUS. Lembra que após a  
205 Declaração Ministério saiu uma reportagem dizendo que o Brasil havia virado as costas para a  
206 temática LGBT, mas pontua que ninguém conseguiu impor comportamento e que na lógica do  
207 convencimento na situação se tratava da Resolução sobre o ideal olímpico para preparar para o  
208 evento que acontecerá na Rússia, em que o Brasil e 130 países trabalharam nessa lógica. O  
209 Presidente saúda o Ministério de Relações Exteriores por ter sido um grande parceiro do Conselho e  
210 parabeniza o Ministro Figueiredo e o MRE pelas posições corajosas que têm tomado  
211 internacionalmente com relação ao tema LGBT. A Sra. Janaína Oliveira pondera que quando saíram  
212 representando o Governo, em momento nenhum qualquer entidade que compõe este Conselho da  
213 sociedade civil fez qualquer exigência da forma de como seria a apresentação em Genebra, e

214 solicita que os Conselheiros esclareçam suas bases com relação as sugestões que deveriam ter  
215 apresentado *slides* com imagens de violência a população LGBT. O Sr. Celso Tondin questiona  
216 como foi a oficina preparatória para ida a Genebra e o Sr. Carlos Magno Silva Fonseca agradece a  
217 Sra. Márcia e entende que as questões que parecem não ter um efeito concreto, possuem um efeito  
218 muito importante na política. Propõe que seja elaborado um relatoria sobre as informações feitas  
219 pela Sra. Márcia. O Sr. Carlos Magno Silva Fonseca compreende que a delegação foi representando  
220 o Conselho com dinheiro público e que qualquer questionamento da sociedade é legítimo e deve ser  
221 respondido. Intui que o Conselho tem uma tarefa importante para que seja uma referência da  
222 sociedade em geral e da comunidade LGBT e que não precisa responder atacando. O Sr. Léo  
223 Mendes pondera que na ONU existiu um discurso de países com uma fala unitária dos avanços e  
224 desafios do Governo Brasileiro e compreende que o Conselho deve demonstrar não para as pessoas  
225 que estão criticando, mas para a sociedade brasileira de forma transparente os avanços em relação a  
226 população LGBT. Propõe que no Fórum Internacional que seja convidado o Sr. André que esteve  
227 em uma reunião antes de ir para a ONU e comenta que a presença da Sra. Keila Simpson em  
228 Genebra fez com que as Bancadas transfóbicas do mundo repensassem como é conviver na paz no  
229 mundo com uma pessoa que é Travesti. Elucida que a Sra. Keila Simpson tem todas as qualidades  
230 como qualquer outra Conselheira Trans para ir a qualquer lugar do mundo. O Sr. Zezinho do Prado  
231 entende que parece que muitas vezes as redes sociais estão pautando o Conselho e que é perigoso  
232 esse aspecto, por ter um grande poder de influência. O Presidente solicita que a Sra. Janaína  
233 Oliveira encaminhe a apresentação para os Conselheiros e o Sr. Celso Tondin refaz a sua pergunta  
234 questionando sobre o que foi feito na oficina de preparação. O Presidente explica que foi realizada  
235 uma reunião da Missão com o MRE para ser colocado o que seria pautado em Genebra. Relata que  
236 o MRE passou o que iria ser debatido e sobre a proposta de Resolução que poderia ser construída,  
237 que no fim acabou não acontecendo por não haver acordo entre os países. O Sr. Celso Tondin  
238 agradece pela explicação e solicita que enviem também a estrutura do evento. O Presidente ilustra  
239 que como a Resolução provavelmente trataria sobre a homofobia, a preparação foi com relação aos  
240 dados de violência homofóbica vivida no Brasil, que os Conselheiros levassem essa experiência de  
241 como os dados foram construídos dentro do Conselho. O Sr. Celso Tondin arrazoa que se faltou  
242 alguma coisa, é a sociedade que tem da próxima vez se organizar. O Presidente discorre que não  
243 faltou nada na apresentação e que estão dizendo é que pela rede social um grupo de equivocados  
244 está cobrando a apresentação. Solicita a Sra. Samanda Alves de Freita que encaminhe para todos os

245 Conselheiros a Declaração Ministerial para elucidar como foi o resultado da reunião da Comissão  
246 de Direitos Humanos da ONU, dos quais alguns países avançados estiveram presentes para saber  
247 como se articular para provar dentro da ONU. Após o almoço, o Presidente reinicia a reunião  
248 seguindo para os informes do Comitê de Cultura LGBT. A Sra. Marina Reidel (ABE) informa que  
249 no dia 02 discutiram sobre as atribuições do Comitê, em que surgiram várias questões em relação ao  
250 papel do Comitê diante ao Conselho. Pondera que foi sugerido que também o Conselho colocasse  
251 um Parecer sobre a relação do Comitê para o Fórum Mundial, o Planeta Arco-íris. Comunica que o  
252 Comitê fará uma Moção na Conferência Nacional de Cultura sobre as propostas elaborada sobre a  
253 Cultura e que, acontecerá um Seminário, provavelmente na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro,  
254 sobre cultura LGBT. O Presidente questiona aos Conselheiros se quanto ao fluxo da relação do  
255 Conselho com o Comitê, se alguma Câmara Técnica poderia ficar responsável pela definição. O Sr.  
256 Zezinho do Prado coloca a Câmara Técnica de Legislação e Norma a disposição e todos os  
257 Conselheiros concordam. Com relação ao papel do Comitê no Planeta Arco-íris, o Presidente  
258 propõe que seja feito os encaminhamentos no informe sobre o Planeta Arco- Iris. O Sr. Léo Mendes  
259 questiona como se dará o informe convidando o Conselho para o Seminário de Cultura LGBT e  
260 como será dado a distribuição de vagas para a participação do mesmo. Ressalta que, quando se  
261 pergunta qual é o papel do Comitê, é preciso olhar como funciona o Comitê de Saúde Integral  
262 LGBT, porque o papel foi aprovar uma Política Nacional da Saúde Integral LGBT. Compreende  
263 que o papel do Comitê é forçar para que se tenha uma Política Nacional de Cultura LGBT, um  
264 Plano operativo da cultura LGBT e formação de Comitês Estaduais e Municipais de Cultura LGBT.  
265 Com relação ao Sistema Nacional de Cultura que impõe a realização de Conferências, arrazoa que a  
266 criação de Secretarias é importante para o Comitê entre afirmando a importância de ter os Comitês  
267 de Cultura LGBT nos Estados e nos Municípios, porque está criando uma grande expectativa nos  
268 artistas LGBTs, que o Comitê vai resolver o problema histórico de exclusão dos artistas LGBTs. O  
269 Sr. Carlos Magno Silva Fonseca notifica que vão solicitar formalmente uma explicação da Ministra  
270 de como foi o processo de construção do Comitê e entende que é fundamental que o Comitê  
271 funcione, devido ao apagão LGBT na cultura. A Sra. Giovana Baby (ANTRA) articula que  
272 realizaram uma reunião do Comitê Técnico que foram convidados a participar os Conselhos do  
273 CNCD e que foi sugerido pelos próprios membros do Comitê Técnico que na próxima premiação  
274 seja premiação com prestação de contas, por ter apenas a prestação de conta técnica. O Sr. Léo  
275 Mendes entende que deve dar uma consultoria, pois nem todas as pessoas possui um conhecimento

276 técnico para elaborar um relatório. A Sra. Marina Reidel arrazoa que discutiram as questões mais  
277 internas do Comitê e informa que farão uma nova reunião para começar a planejar o Seminário e  
278 que, a ideia é que consigam realizar no início de janeiro, por causa do Fórum Mundial. Relata que  
279 as próximas notícias serão enviadas por *e-mail* e ilustra que a questão da prestação de contas é  
280 apenas para o projeto. O Presidente saúda a presença do Sr. Guilherme Alves da Secretaria Geral e  
281 o Sr. Guilherme Alves se desculpa pelo atraso e relata que é um prazer estar como Conselheiro. O  
282 Presidente segue para a pauta sobre os informes da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos  
283 LGBT e aproveita a presença do Sr. Rogério Campos para explicar sobre a proposta de índice de  
284 cidadania LGBT construída no Conselho. Solicita que os Conselheiros não publiquem nada da  
285 apresentação, porque são dados não finalizados. O Sr. Rogério Campos (Consultor) cumprimenta a  
286 todos e discorre que a objetivo da criação do Índice é para dar uma especificada nos índices que são  
287 usados pelos Gestores e Ativistas referente a população LGBT e o desenvolvimento da cidadania.  
288 Compreende que a ideia parte um pouco do lançamento do primeiro Relatório que foi a primeira  
289 concatenação do que estava acontecendo com a população LGBT do Brasil e que, a partir do  
290 segundo Relatório foi feita certa comparação do desenvolvimento da cidadania. Arrazoa que houve  
291 um processo de pesquisa e de sistematização em cima do segundo Relatório que possui dados mais  
292 contemporâneos para a construção do painel de indicadores, e que a intenção foi pegar todos os  
293 instrumentos usados para tentar criar um vínculo mais forte de responsabilização e de manutenção  
294 de dados estatísticos da realidade de cada um dos Estados. Discorre que o painel de indicadores  
295 basicamente sistematiza as estatísticas e padroniza de modo geral a compição das instituições  
296 nacionais de Direitos Humanos e destaca que a ONU orienta em termo de três grandes estruturas de  
297 indicadores, que são os indicadores de estrutura, de processo e de resultado. O Sr. Rogério Campos  
298 pondera que separaram os resultados pensado na realidade em termos de aquisição de dados, das  
299 possibilidades de criação de instituições e do trabalho do Conselho e da Coordenação está fazendo  
300 no Brasil. A princípio foram identificados o que são as leis, os dados de homicídios e todos os  
301 instrumentos de promoção e proteção da cidadania LGBT e articula que a partir desses itens  
302 conseguiram identificar quais são as prioridades dentro do Sistema. Explana que os índices são  
303 calculados de zero a um, sendo que zero o pior dos índices e o um o ideal, e em relação a cidadania  
304 LGBT, foi identificado o número de prioridade e colocando o peso sobre os instrumentos que havia  
305 mais relevância em relação ao desenvolvimento. Ressalta que os índices devem sempre ser  
306 reelaborados em relação aos números, devidos aos avanços na questão dos direitos e na conquista

307 dos instrumentos. Elucida que a ideia é que os índices sejam alimentados por todas as partes de  
308 todas as pessoas que trabalham com a cidadania LGBT e que, foram trabalhados nos mapas: os  
309 instrumentos jurídicos estaduais de garantias de direitos; o número de homicídios noticiados por  
310 100.000 habitantes; o número de Conselho Estadual e/ou um Órgão Estadual; o número de Órgãos  
311 Municipais; o número de Centro de Referência LGBT e Delegacias Especiais LGBT. Com relação  
312 aos dados do segundo Relatório, explica que trabalharam o número de denúncias referente ao ano  
313 de 2012. Pondera que segundo a metodologia apresentada foram calculados todos os instrumentos e  
314 que chegaram ao *ranking* em relação as 27 unidades da Federação, considerando que o Distrito  
315 Federal tem uma pequena discrepância em relação a municipalidade. O Presidente agradece pela  
316 apresentação e arrazoia que todo índice que se propõe a fazer um levantamento da questão da  
317 cidadania tem problemas na questão da informação. Discorre que enviaram *e-mail* a todos os  
318 gestores estaduais e municipais que para encaminhassem de volta as suas legislações, avanços,  
319 conquistas para contribuir com o Índice e que pretendem que o Índice seja bianual e elaborado pelo  
320 Conselho. Ressalta que a intenção é criar uma competição entre os Estados pela cidadania LGBT e  
321 que possui uma situação grave na região Norte, pois é a região mais atrasada com relação os direitos  
322 da população LGBT. A Sra. Cris Stefanny (ANTRA) cumprimenta a todos e pondera que é  
323 importante o Conselho pensar que muitas dessas informações ficam retidas nas ONGs e não  
324 necessariamente no Governo e que, é preciso saber quantos casos foram recebidos e qual foi o  
325 procedimento tomando diante esses casos. O Presidente informa que possui dois consultores  
326 trabalhando no Disque 100 para resolver os problemas que tenham aparecido e informa que  
327 realizarão uma reunião com a Coordenadora Irina para apontar todos os problemas em todos os  
328 Estados. Esclarece que o Índice utiliza dados das denúncias do Disque 100 do ano de 2012. A Sra.  
329 Meire Lúcia cumprimenta a todos e justifica seu atraso. Questiona quando terão o acesso ao Índice;  
330 se quando aborda homo, está se referindo a homofobia, lesbiofobia, transfugia; e se foram  
331 levantados dados das Delegacias que atendem as ocorrências. O Sr. Rogério Campos elucida que os  
332 dados das Delegacias possuem dificuldade com esse diálogo e entende que deve ter algumas  
333 lacunas e que o Conselho deve construir um banco de dados com as realidades dos Estados em  
334 termos de instrumentos legais. Relata que após a aprovação do Conselho será levado para a  
335 Ministral, e assim que sair a sua decisão, o Índice será divulgado. O Sra. Marina Reidel indaga se as  
336 Delegacias que não enviaram os dados são as especializadas e o Sr. Rogério Campos responde que  
337 sim e explica que não utilizaram os dados das Delegacias, porque não existem em todos os Estados,

338 impossibilitando a igualdade entre os Estados para fazer uma comparação. O Sr. Léo Mendes  
339 compreende que seria importante incluir no próximo boletim os dados da ocorrência da violência do  
340 SUS e questiona se onde possui movimento social organizado constitui cidadania. Comunica que a  
341 Presidenta Dilma solicitou que houvessem dados para iniciar a executar Políticas Públicas no Brasil  
342 e intui que seria importante que esses dados fossem oficiais como do IBGE. Compreende que os  
343 caos de violência contra LGBT possui uma relação com a pobreza, exclusão social e a falta de  
344 desenvolvimento que houve no Brasil durante 500 anos. O Presidente informa que está agendada  
345 para a próxima reunião do Conselho a presença da Vice-Presidenta do IBGE para discutir sobre a  
346 questão dos dados para a população LGBT conforme foi deliberado na reunião com a Presidenta  
347 Dilma. Indaga se os Conselheiros aprovam o instrumento de monitoramento e todos os  
348 Conselheiros aprovam. O Presidente relata que tentará agendar o lançamento para a próxima  
349 reunião do Conselho e segue para apresentações. Uma Conselheira sugere, antes de iniciar a  
350 apresentação, que o indicador fosse lançado no Fórum Mundial e Direitos Humanos. O Presidente  
351 articula que será avaliada a sugestão e a Sra. Rosário (MPOG) arrazoza que veio apresentar um  
352 trabalho que está sendo feito no Ministério do Planejamento sobre as Agendas Transversais.  
353 Discorre que elaboraram Agendas dos nove públicos que foram selecionados para monitorar:  
354 Agenda de Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais,  
355 Agenda de Povos Indígenas, Agenda de Política para Mulheres, Agenda da Criança e Adolescente,  
356 Agenda de Juventude, Agenda da Pessoa Idosa, Agenda da Pessoa com Deficiência, Agenda da  
357 População LGBT e Agenda da População em Situação de Rua. Relata que analisaram o PPA como  
358 um todo e selecionaram todos os objetivos e metas que teriam impacto para aquela população e que  
359 a Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério do Planejamento vêm trabalhando a  
360 participação social nesse PPA através de Fóruns Interconselhos, onde todos os Conselhos são  
361 convidados, junto com algumas instituições representativas da sociedade. Comunica que para  
362 elaborar o relatório de monitoramento que foi distribuído no IV Fórum Interconselhos, retiraram as  
363 informações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, o SIOP que foi preenchido pelos  
364 Ministérios e Secretarias. Realizaram uma análise e construíram um Sumário Executivo e em  
365 seguida realizaram algumas reuniões com diversos Ministérios envolvidos e com as Secretarias para  
366 validar o mesmo. Compreende que é um momento inédito no monitoramento do PPA a participação  
367 social no monitoramento. A Sra. Rosário pondera que especificamente na Agenda de População  
368 LGBT são encontrados seis programas, 11 objetivos e 18 metas, dentre as quais o próprio objetivo

369 0257 do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos que Possui quatro metas e seis  
370 iniciativas. Comunica que foram constituídos 14 Comitês Técnicos e nove estão em processo de  
371 construção, fazendo uma abordagem referente a população negra, população LGBT e população do  
372 campo e da floresta. Articulara que através da RECID, que é a rede de educação cidadã, houve um  
373 debate sobre os direitos LGBT em 2040 oficinas pedagógicas alcançando mais de 40.000 pessoas  
374 em 357 municípios. Relata que o primeiro seminário de negros e negras LGBT ocorreu em Salvador  
375 e tratou do Capítulo sobre o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia no Plano Nacional de  
376 Políticas para as Mulheres 2013/2015. Afirma que comparando o relatório de violência 2011/2012  
377 houve um aumento no número de denúncias, no número de violações e de homicídios. O Sr.  
378 Leopoldo Vieira cumprimenta a todos e relata que apresentará sobre os desdobramentos do Fórum e  
379 do monitoramento participativo que aconteceu no dia 02 de setembro. Discorre que estão perto de  
380 um próximo ciclo do Plano de fazer anualmente um processo de atualização e que é a hora dos  
381 movimentos sociais relacionados a cidadania LGBT e as Políticas Públicas em geral apresentarem  
382 suas questões e travar o debate políticas em torno delas. Explana que foi aberta uma discussão a  
383 partir de vários dados da Secretaria Geral da Presidência de que havia uma desconexão grande entre  
384 as produções das Conferências, em que foi iniciado um diálogo com a Secretaria de Políticas para  
385 Mulheres, com a SEPIR, com a SDH e com a Secretaria Nacional da Juventude para criar um  
386 projeto piloto de conexão das Conferências que se relacionam com as Agendas Transversais do  
387 PPA com o próprio PPA. Pondera que pretendem fazer com que a produção das Conferências dos  
388 temas possa dialogar como os atributos do Plano visando ser incorporadas de forma orgânica ao  
389 próximo PPA do Governo e estender essa perspectiva para a Conferência Nacional da Juventude,  
390 Conferência Nacional LGBT e etc.. O Sr. Leopoldo Vieira pondera que relaciona com os debates  
391 entorno do Sistema Nacional LGBT que estão apresentando para todos os Conselhos e Órgãos do  
392 Governo que estão discutindo ou implementando seus sistemas nacionais seja aprovado pelo  
393 Congresso. Acredita que o relatório será atualizado e a Agenda em si pode servir para favorecer um  
394 processo de alinhamento entre o PPA Federal com o PPA dos Estados e Municípios e que, o PPA  
395 pode ser um elo de diálogo e conexão. Relata que existe um Sistema Federal de Planejamento e  
396 Orçamento que estão operando para tornar um Sistema Nacional de Planejamento envolvendo as  
397 Secretarias Estaduais e Municipais. Informa que paralelamente a Secretaria Geral da Presidência  
398 está tentando estruturar um Sistema Nacional de participação social que também tem ambição  
399 federativa. Diante dos Sistemas Específicos que surgem no Brasil, tendo o PPA a dimensão da

400 Agenda Transversal dos direitos, acredita que também pode ser uma ponte para um diálogo entre os  
401 sistemas que existem e estão surgindo. Comunica que querem que a participação dos Conselhos seja  
402 uma participação ativa e consistente no monitoramento participativo do PPA, seja no  
403 monitoramento, ou seja, no processo de reelaboração do Plano, e que estão oferecendo aos  
404 Conselhos um curso de ciclo do planejamento sobre os instrumentos e os conceitos. O Presidente  
405 agradece pela apresentação e coloca o Conselho a disposição para o processo de discussão do  
406 orçamento. A Sra. Janaína Oliveira agradece a presença ilustre do Sr. Leopoldo Vieira e também o  
407 Ministério do Planejamento na pessoa da Sra. Rosário, que tem sido um grande parceiro do  
408 Conselho. O Presidente segue para o próximo item de pauta sobre os informes da Coordenação  
409 LGBT. Arrazoa que estão pensando em construir um espaço chamado Planeta Arco-íris durante o  
410 Fórum Mundial De Direitos Humanos para referência para a população LGBT. Informa que  
411 possuem o apoio da UNESCO, do PNUD, da OIT e do UNAIDS e que estão tentando fechar com a  
412 Secretaria Executiva a questão da estrutura. Relata que a ideia é ter um espaço cultura e de debate  
413 sobre temas como saúde e violência institucional LGBT. Comunica que o PNUD assinou a  
414 possibilidade de trazer a Daniela Mercury e o Olodum para a abertura do espaço e que terão uma  
415 reunião no dia 10 as 9h da manhã com o Ministério da Saúde e com a SPM para tratar do apoio dos  
416 outros Ministérios. Um Conselheiro discorre que participou de um debate muito intenso com vários  
417 outros grupos de direitos humanos sobre o Fórum Mundial de Direitos Humanos e que, a BGLT  
418 estão apoiando o Fórum. Compreende que os movimentos e os defensores de direitos humanos  
419 precisam estar fortalecidos para disputar o debate que acontecerá na sociedade e que não precisam  
420 trazer a Daniela Mercury, mas sim pessoas para ajudar no debate político. Questiona quem está  
421 fazendo a construção do espaço e como será dividido. O Presidente explica que a ideia seria iniciar  
422 o espaço no dia 10 até o dia 12 e que, o espaço é pago pelo Governo, mas a proposta para o Comitê  
423 organizador do Fórum é que as atividades autogestionadas da sociedade civil fique concentrada no  
424 espaço LGBT. Arrazoa que as outras Agendas estão solicitando para o Comitê que sejam colocadas  
425 nesse espaço para centralizar a questão LGBT. Com relação aos shows, ilustra que a PNUD sugeriu  
426 a Daniela Mercury por ser sua embaixadora para a questão LGBT. A Sra. Guilhermina Cunha  
427 questiona se os debates autogestionados serão no espaço e o Presidente comenta que não tem a  
428 resposta ainda, mas solicitaram o espaço justamente para fazer os debates autogestionados. O Sr.  
429 Celso Tondin lembra que foi levantada a questão que não tinha atividades autogestionárias de  
430 entidades LGBT. Um participante pondera que o Comitê Organizador teve dificuldade para fazer o

431 credenciamento das entidades no mesmo e muitas entidades não receberam a senha a tempo para  
432 fazer as inscrições de atividades autogestionadas no dia 29 de setembro. Com isso foi ampliado a  
433 prazo para dia 18 de outubro. A Sra. Guilhermina Cunha arrazoou que não havia nenhuma mesa com  
434 a temática LGBT, impossibilitando colocar essa pauta em discussão para o grande público e sugere  
435 garantir a pauta LGBT para discussão e convidar a Sra. Tâmara Adrian, que é uma Trans e a Sra.  
436 Glória Careaga da ILGA para as Conferências. O Sr. Léo Mendes relata que está previsto nas  
437 Conferências Magnas e apenas havia um nome de uma transexual e que, das oito mesas de debate  
438 não aparecia ninguém LGBT. Comenta que o Conselho deve ter a responsabilidade de provocar o  
439 horário do autogestionário para discutir as questões que são necessárias. O Sr. Celso Tondin articula  
440 que a discussão que foi traga pelo relato do encontro de Genebra com relação a sexualidade do  
441 ponto de vista científico, também aborda o ponto de vista do moral, pois existe a condenação que  
442 vem de preceitos culturais, religiosos, históricos, sociais e econômicos. Compreende que deve fazer  
443 a discussão e elaborar um ato unificado em relação o que querem. A Sra. Giovana Baby questiona  
444 se não vão correr risco de ser um Fórum Mundial de Direitos Humanos de Governos, pois 50 dias  
445 são poucos para a mobilização de representantes e também questiona se não há possibilidade do  
446 Fórum ser no próximo ano, antes das eleições. O Presidente esclarece que a decisão da data foi uma  
447 proposta dos movimentos de direitos humanos que fazem o monitoramento do PNDH-3 e propõe  
448 que as entidades que estão inscritas com o Comitê Organizador do Fórum propusessem pelo menos  
449 um convidado internacional para trazer para o debate, pois proporá para os parceiros que pague a  
450 vinda dessas pessoas. Segue para o próximo ponto de pauta sobre os encaminhamentos da  
451 Conferência Livre de Educação e Cultura LGBT. O Sr. Zezinho do Prado informa que partiram da  
452 análise do documento, uma parte retirada na Conferência Nacional Livre de Educação realizada em  
453 Curitiba e outra parte do eixo II do texto de referência da CONAE. Pondera que foi observado  
454 através da análise que não há como incluir propostas novas, pois a fase inclusão de propostas novas  
455 terminou na fase intermunicipal e que, com a iniciação da fase estadual elencaram alguns itens  
456 dentro do eixo II. Ressalta que foi o único Delegado eleito até o momento para o CONAE 2014 e  
457 solicita que alguém leia o eixo IV para que pudesse ter a informação para tentar colocar mais uma  
458 pessoa. Em relação a Conferência de Cultura, a Conselheira Marina Reidel arrazoou que dentro da  
459 questão de criar realmente o primeiro eixo foi buscado colocar dentro do Sistema da proposta de  
460 cultura a representação de todos os movimentos sociais e populares que são importantes para discutir  
461 a qualificação de gestores. Relata que colocaram no eixo II da produção simbólica a questão de

462 garantir os direitos culturais em relação as manifestações e que, no eixo IV acrescentou o apoio a  
463 capacidade de grupos LGBT para a gestão de projetos culturais. Esclarece que acrescentaram  
464 também a ideia de Moção para ser apresentada na Conferência. O Presidente questiona se há algum  
465 questionamento a respeito dos relatos, e não havendo, segue para a questão das Câmaras Técnicas.  
466 A Sra. Meira Lúcia discorre que está trazendo como encaminhamento para que entre na próxima  
467 pauta do Conselho a proposta de revisão do Regimento Interno para encaminhar para análise  
468 jurídica. Um Conselho lembra que demoraram duas reuniões da Câmara Técnica para preparar  
469 sobre essa pauta e sugere que seja realizada uma reunião única e exclusiva para pautar o tema. Uma  
470 Conselheira acrescenta que existem algumas polêmicas como a questão em relação a população  
471 trans que não está colocada na proposta do Regimento e relata que propôs uma fala explicativa de  
472 uma pessoa do movimento de como o movimento vem incorporando o transgênero ou não e uma  
473 pessoa que possa fazer uma defesa da inclusão. O Sr. Celso Tondin discorre que na reunião da  
474 Câmara Técnica de Violência teve a presença de duas promotoras, a Sra. Andréia e a Sra. Mirian, e  
475 que, fecharam o ponto sobre a proposta de Resolução sobre os direitos dos LGBTs de privação de  
476 liberdade que será apresentando ao CNPCP. Um Conselheiro articula que apenas realizaram um  
477 apanhado de legislações que tratam da questão de privação de liberdade e trouxeram para a  
478 realidade da população LGBT e que, vão dar um prazo até sexta-feira para os Conselheiros se  
479 manifestarem. O Sr. Celso Tondin informa que a Resolução está dividida em: Capítulo I, Princípios  
480 Fundamentais; Capítulo II, Trajetória Institucional do Registro da pessoa, Capítulo III, Dignidade e  
481 Integridade física e mental; Capítulo IV, Integração a Saúde; Capítulo V, Sanções que o indivíduo  
482 pode ser disciplinado no período de privação de liberdade; e Capítulo VI, direito a educação,  
483 assistência jurídica e social. Um Conselheiro lembra que estiveram presentes na reunião de  
484 construção da proposta de Resolução o Sr. Alex Alverga da Saúde Mental da Secretaria, o MDS,  
485 Promotora e representante do CNMP e também o Procurador da República, Dr. Sérgio. O  
486 Presidente realiza uma leitura sobre os termos da lei de combate a tortura de pessoas privadas de  
487 liberdade e os Conselheiros debatem sobre a questão de estender os direitos dos heterossexuais para  
488 aos LGBTs. Um Conselheiro informa que o PLC122 será colocado em votação no Senado  
489 conforme foi dito pela Sra. Marinete Merss que implica uma reunião no CNCD no dia 22 de  
490 outubro e que o Conselho devem indicar os nomes para compor o GT da SENASP, em que já foram  
491 aprovadas a Sra. Guilhermina e a Sra. Keila Simpson. Um participantes realiza a leitura sobre as  
492 denúncias ao Disque 100 e explana que foi definido um fluxo para receber denúncias dos

493 Conselheiros e suas entidades em relação a violação de direitos LGBT. Um Conselheiro articula  
494 que precisam resolver o problema da dificuldade de fazer as denúncias e sugere na próxima reunião  
495 da Câmara discutir a questão da lesbiofobia, homofobia, transfugia no Brasil de forma virtual. A  
496 Sra. Samanda Alves de Freita relata que a Dra. Myrian Lago Rocha explanou que recebeu 10  
497 denúncias e não conseguiu encaminhar nenhuma, devidos os endereços estar incompletos. Um  
498 participante entende que deve ter uma recomendação do Conselho para a Ouvidoria, para  
499 disponibilizar um formulário pela *internet* para facilitar o acesso das pessoas a denúncia e terem o  
500 seu retorno. A Sra. Cris Stefanny arrazoa que a ANTRA tem uma preocupação em relação aos  
501 dados que não são concretos e compreende que a inclusão ou não do transgênero, deve ser pauta dos  
502 movimentos de travesti e transexuais. O Presidente ressalta que estão plenamente de acordo com a  
503 crítica que foi feita e que estão procurando melhorar o serviço para as denúncias. Sugere que seja  
504 convidado para a próxima reunião o Ouvidor Geral de Direitos Humanos para abordar todas essas  
505 questões. Um Conselheiro pondera que foi feito um fluxo com o FONGES do qual o Disque 100  
506 passaria tudo para o FONGES e o mesmo repassaria o encaminhamento dado para o Disque 100,  
507 mas isso não aconteceu. Arrazoa que a Sra. Cris Stefanny solicitou que passassem a denúncia para a  
508 sua ONG e que, ela afirma que a questão da transexual e da transgênero foi discutido pelo  
509 movimento social. Discorre que as questões das travestis e transexuais são responsabilidade do  
510 movimento de travestis e transexuais debater e trazer para dentro do Conselho. O Presidente intui  
511 que primeiro devem saber o motivo do Disque 100 não está recebendo a resposta do FONGES e a  
512 Sra. Virgínia questiona para a Secretaria Executiva se o Disque 100 possui algum número de  
513 protocolo ou de denúncia para acompanhar o andamento do processo. Um participante responde que  
514 pelo telefone pode ser acompanhado e a Sra. Virgínia entende que por telefone fica muito vago e  
515 relata que algumas pessoas denunciaram que algumas atendentes orientam para ir a Igreja,  
516 questionando sobre a gravação dos telefonemas. O Presidente elucida que o nome da atendente e o  
517 horário da ligação é possível identificar e que a gravação fica apenas durante 24h disponível e em  
518 seguida é descartada porque havia muitas pessoas denunciadas que pediam a quebra do sigilo da  
519 ligação na Justiça. Sugere que seja debatido esse assunto na próxima reunião e segue para a escolha  
520 de um pessoa gay que entrará no grupo do GT do SINESP. E com apenas a Candidatura do Sr.  
521 Carlos Obici, o mesmo é aprovado e segue para a Câmara Técnica do Plano. A Sra. Meire Lúcia  
522 complementa que na sua Câmara estava com Relatora, o Sr. Zezinho do Prado como Coordenador e  
523 participaram o Sr. Gil, a Sra. Virgínia, o Sr. Ivanildo e a Sra. Máira pelo Poder Público e houve a

524 participação da convidada Sra. Adriana da UERJ. O Sr. Carlos Magno Silva Fonseca relata que a  
525 Comissão discutir quatro pontos, o PLOA para 2013, 2014 e 2015, o Seminário LGBT, Encontro  
526 dos Conselheiros e a Advoga-se no Legislativo para recursos. Explana que no primeiro item de  
527 pauta o Sr. Renato deu uma explanação sobre como se monta o planejamento e o orçamento e que  
528 tiveram a notícia que o orçamento foi cortado 30% passando de R\$ 1.000.000 para R\$ 700 mil.  
529 Sobre a Políticas Públicas LGBT e o Encontro de Conselhos foi discutido as suas programações e  
530 definido como indicativo a data de 07 a 09 de dezembro. Informa que foi retirada uma orientação  
531 para as organizações da sociedade civil possam fazer uma ação de Advoga-se com os seus  
532 Parlamentares e com a Frente Parlamentar para que se apresente emendas. Nesse sentido foi  
533 definido uma reunião para o dia 22, realizando uma oficina na parte da manhã e na parte da tarde  
534 seguiriam para o Congresso para conversar com os principais Parlamentares no sentido de  
535 conseguir a emenda parlamentar para o Sistema LGBT. O Sr. Léo Mendes discorre que a pauta  
536 principal que era o Fundo Nacional de Combate a Lesbiofobia, homofobia e transfugia, em que  
537 visão do Governo é que não se deve engessar o orçamento, por isso seria contra qualquer tentativa  
538 de fazer um fundo governamental, mas que se fosse aprovado no Congresso Nacional o Governo é  
539 obrigado a cumprir. Pondera que o ideal seria se tivessem no caixa eletrônico do BB um ícone ou  
540 uma ferramenta doação ao fundo e combate a homofobia, lesbiofobia e transfugia em que a pessoa  
541 pudesse imediatamente fazer a sua doação. O Representante do Ministério do Planejamento sugeriu  
542 convidar a Secretaria Executiva um representante da STN Secretaria do Tesouro para poder  
543 operacionalizar uma forma da sociedade civil pudessem fazer doação para Política Nacional LGBT  
544 sem a necessidade da burocracia de emissão de guia. Com relação ao Fundo, discorre que basta  
545 discutir com o STN uma forma de a pessoa física fazer o depósito e o depósito cair direto no Fundo.  
546 Destaca que foi feito uma proposta de longo prazo da criação de um Fundo Nacional de Combate a  
547 Homofobia, Lesbofobia e Transfobia que teria que ser via projeto de lei no Congresso Nacional e  
548 que, ficou aprovado uma Agenda para o mês de maio de 2014 para discutir na Câmara Técnica o  
549 PLOA 2015. Informa que foi sugerido pelo Ministério do Planejamento que fosse convidadas  
550 pessoas que estão gerindo o Fundo Nacional De Saúde e o Fundo Nacional De Segurança Pública,  
551 porque também são Fundos para a população LGBT. O Presidente segue para os encaminhamos e  
552 explana que existe a questão da proposta de reunião no dia 22 e 23 para aproveitarem para a vinda  
553 dos Conselheiros para conversar com os Parlamentares e acompanhar a votação do PLC no Senado.

554 Compreende que vão tentar viabilizar a vinda dos Conselheiros. **ENCERRAMENTO:** O  
555 Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião.

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

Gustavo Carvalho de Bernardes  
Presidente do Conselho Nacional de  
Combate à Discriminação de LGBT

Brasília - DF  
Setembro de 2013.